

COLONIZAÇÃO NIPÔNICA NA AMAZÔNIA: A SAGA DOS IMIGRANTES JAPONESES NO ESTADO DO PARÁ

Armando W. Tafner Junior
Fábio Carlos da Silva

RESUMO

O artigo aborda os principais aspectos da colonização promovida por famílias japonesas na Amazônia Oriental brasileira, reconstituindo, em linhas gerais, um pouco da história da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), empreendimento pioneiro resultante da primeira colônia agrícola de imigrantes na Amazônia e que se constitui no único caso bem sucedido de arranjo produtivo local agroindustrial no estado do Pará. A CAMTA, formalmente instituída em 1949, tem suas origens no cooperativismo. Dessa forma, conseguiram superar inúmeras dificuldades de ordem cultural e climática e construíram uma empresa moderna e competitiva que é paradigma na região amazônica. Mas a principal dificuldade enfrentada pelos imigrantes japoneses foi a transição da monocultura à fruticultura, devido a fusariose que atacou os pimentais e fizeram com que os cooperados passassem por grandes dificuldades financeiras. E, mesmo com grandes obstáculos, alcançaram a formação do arranjo produtivo local (APL) mais eficiente da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE

Monocultura. Imigração japonesa. Amazônia.

ABSTRACT

The article discusses the main aspects of colonization promoted by Japanese families in eastern Brazilian Amazon, reconstituting, in general, a little history of Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), pioneering venture resulting from the first agricultural settlement of immigrants in the Amazon and that is the only successful case of local productive arrangement agribusiness in the state of Pará. The CAMTA formally established in 1949, has its origins in cooperatives. Thus, managed to overcome numerous difficulties and cultural climate and built a modern and competitive company that is paradigm in the Amazon region. But the main difficulty faced links Japanese immigrants was the transition from monoculture to fruit due to Fusarium pimentais that attacked and caused the cooperative to pass through major financial difficulties. And even with major obstacles, achieved the formation of local productive arrangement more efficient Amazon.

KEYWORDS

Monoculture. Japanese immigration. Amazon.

1 Introdução

Estratégias de desenvolvimento sustentável podem ser encontradas em planos de governo, em organizações da sociedade brasileira e em empresas privadas. A sustentabilidade é formada por infinitos fatores e depende de uma formulação de estratégias por parte dos atores sociais. Tomando por definição que “desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas” (ABRAMOVAY, 2010, p. 97), notamos que o processo que está em jogo é como as sociedades usam os ecossistemas de que dependem, e a cooperação humana se torna cada vez mais fundamental, para que a sustentabilidade ocorra.

O presente trabalho demonstra um exemplo de que o cooperativismo pode colaborar para o desenvolvimento sustentável, expondo a forma de produção da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e a sua evolução ao longo do tempo, que proporcionou o desenvolvimento socioeconômico com o mínimo impacto ambiental.

A CAMTA foi fundada por imigrantes japoneses que chegaram à Amazônia em 1929 e, com a implementação do cooperativismo, começaram a produzir hortaliças – culturas que já conheciam em sua terra natal. Após a Segunda Guerra Mundial, o preço da pimenta-do-reino (*piper nigrum*) disparou, e as plantações da colônia japonesa viraram uma monocultura; somente a piperácea era plantada pelos cooperados. Foi um período de grande prosperidade econômica, que durou de 1948 até 1969, quando o *fusarium* atacou os pimentais. O recurso encontrado pelos cooperados para

manter a cooperativa ainda em atividade foi a fruticultura (HOMMA, 2007).

Este artigo é destinado a apontar a forma como a CAMTA conseguiu colaborar e promover o desenvolvimento na região menos privilegiada do Pará, a mesorregião do Nordeste Paraense, beneficiando não só os colonos e descendentes de japoneses mas também a toda a população da região de Tomé-Açu. Ainda será apontado o trabalho implementado na produção – como a modernização e o sistema agroflorestal-, desenvolvido pelos cooperados, o que é motivo de estudos para agrônomos de várias partes do mundo.

2 Os imigrantes japoneses na Amazônia

A chegada dos japoneses no Brasil e, posteriormente, na Amazônia não foi um acontecimento isolado ou que se deu ao acaso. A vinda desses imigrantes foi resultado de uma atividade entre os dois países (Brasil e Japão), que visava, em comum acordo, a política de imigração. O Brasil precisava de mão-de-obra para que houvesse o desenvolvimento na Amazônia, e o Japão necessitava emigrar parte da sua população devido ao excesso de camponeses que estavam vivendo em condições precárias.

Na Constituição brasileira de 1891, havia uma prerrogativa que dava aos estados o direito de legislar com respeito à imigração e colonização. A relação entre Brasil e Japão já era muito boa devido ao Tratado da Amizade assinado em 1895, o que foi importante para colocar o Brasil como um ponto de imigração (HOMMA, 2007). Os japoneses passaram a dar início ao processo de entendimento com o Brasil para que a imigração fosse viabilizada

Em 1925, o governador do Pará, Dionísio Bentes, recebeu os enviados da Kanegafuchi

Bosseki Kabushiki Kaisha (Kanebo), indústria de tecidos no Japão, Yasuhei Ashizawa e Hideo Nakano, do Ministério das Relações Exteriores no Japão, com uma carta do embaixador Hichita Tatsuki demonstrando o interesse dos japoneses em colonizar a Amazônia. (HOMMA, 1998, p. 4).

Em 13 de novembro de 1928, o governo do Pará concedeu para aos imigrantes japoneses 600 mil hectares de terra em Acará. Em 1º de junho de 1929, a Nantaku, filiada da Kanebo - que tinha como presidente Hachiro Fukuhara - começou a preparar essas terras para os primeiros imigrantes japoneses que chegaram aonde hoje está situado o município de Tomé-Açu, em 22 de setembro de 1929.

Os japoneses começaram produzindo hortaliças e recorreram ao cooperativismo para se organizarem socioeconomicamente. A cooperativa passou a ser o centro da comunidade, todos trabalhavam voltados para aumentar a produção em perfeita harmonia, buscando a estabilização econômica.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a cooperativa dos imigrantes japoneses foi confiscada pelo governo brasileiro, pois Brasil e Japão lutavam em lados opostos.

3 A segunda guerra mundial e as consequências para a colônia japonesa em Tomé-Açu

A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito da história da humanidade. Envolveu 72 países e foi travada em todos os continentes, direta ou indiretamente. Esta guerra foi travada por dois grupos chamados de Eixo e Aliados. Alemanha, Itália e Japão formavam os países do Eixo que acreditavam que, com o expansionismo e a anexação de diferentes territórios, pode-

riam alcançar a condição de potências hegemônicas (CROMPTON, 2005).

Vários motivos foram criados para se justificar a invasão por parte desses países. Para invadir a Polônia, o governo nazista (alemão) adotou um discurso de que a raça pura, a ariana, deveria prevalecer sobre as outras, e, tendo a Polônia um grande contingente de judeus, começou a perseguição destes, um antissemitismo sem justificativa que ocasionou uma limpeza étnica que quase acabou com os judeus na Europa. Essa chacina ficou conhecida como Holocausto.

Com a Polônia sendo invadida, Inglaterra e França entraram na guerra em defesa do país invadido. Dava-se com isso, o início da guerra. Em 1941, a então União Soviética entrou na guerra devido a ataques alemães. Depois, foi a vez dos Estados Unidos da América (EUA), que sofreu ataques aéreos dos japoneses em sua base naval de Pearl Harbor. Assim, estava composta a força dos Aliados, que começou a ser montada com a Inglaterra e França e, depois, somou-se a estes a União Soviética e os EUA (CROMPTON, 2005).

O Brasil entrou na guerra em 2 de agosto de 1942, adicionando suas forças à base dos Aliados. O Brasil possuía bases aéreas e navais na costa do Atlântico, e os EUA, quando entraram na guerra, passaram a utilizar essas bases com o propósito de apoio para ataque aos campos de batalhas africanos e asiáticos. Assim, os alemães perceberam que a neutralidade dos brasileiros não era real, e começaram a bombardear os navios mercantes brasileiros, e o Brasil entrou para guerra apoiando os Aliados (BUESCU, 1976).

Com a entrada do Brasil na guerra, os japoneses passaram a ser inimigos, e isso afetou diretamente a colônia dos imigrantes japoneses em Tomé-Açu. Com o Brasil e Japão em lados opostos na Segunda

Guerra Mundial, os japoneses resistentes na Amazônia foram tratados como inimigos. Não só os japoneses sofreram, alemães e italianos - nacionalidade dos países do Eixo - também foram atingidos. Os bens pertencentes às pessoas destas nacionalidades foram confiscados assim como os documentos, sendo alguns queimados. Estes imigrantes passaram dificuldades, pois os brasileiros se negavam a vender-lhes produtos de primeira necessidade.

A situação piorou quando um navio mercante brasileiro foi afundado por um submarino alemão. A hostilidade do povo paraense aumentou. Casas e comércios pertencentes a imigrantes que vieram dos países do Eixo foram invadidas, incendiadas e até derrubadas. Os imigrantes chegaram a ser apedrejados e passaram a correr risco de morte dia após dia (ABE, 1959).

O governo federal, então, com o argumento de que iria proteger os imigrantes, confinou os japoneses e outros poucos alemães e italianos em Tomé-Açu, mas não sem antes tomar posse da Cooperativa Agrícola do Acará. Esta passou a se chamar Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA). Os imigrantes eram restringidos a fornecer e a receber mercadorias. Era um “campo de concentração”¹ disfarçado, pois Tomé-Açu era cercado por densas florestas, e o único acesso a Belém era pelo rio Acará.

Com o confisco da cooperativa, os imigrantes japoneses, que estavam conseguindo melhorar um pouco as suas condições, testemunharam a cooperativa ser administrada por funcionários não comprometidos com a empresa, e, assim sendo, esta ficou praticamente estagnada. A CETA era

a responsável pela aquisição dos produtos de primeira necessidade dos imigrantes e pela venda dos produtos da cooperativa à população belenense. No transporte para a execução das vendas e compras, não havia cuidado algum com as hortaliças, estragando-as; e, assim, o montante da venda era diminuído, e a condição de vida dos colonos começou a piorar novamente.

Neste contexto, alguns poucos colonos compraram as últimas mudas de pimentado-reino que restavam no campo experimental, o que aumentou um pouco a renda desses imigrantes (KATO, 1994). Entre os dias 6 e 9 de agosto de 1945, houve os bombardeamentos em Hiroshima e Nagasaki. O Japão se rendia, e era o fim do conflito mais sangrento que a humanidade já viu, que terminou com 50 milhões de mortos e 30 milhões de mutilados (CROMPTON, 2005).

Anunciada a chegada da paz, os colonos que viveram um período cheio de restrições, em que não podiam nem conversar, foram liberados para poderem sair da colônia. A Cooperativa agrícola do Acará ainda estava em posse do governo, que intermediava as transações. Os produtos produzidos pelos colonos eram vendidos por um valor muito baixo, e as mercadorias trazidas para a colônia tinham um valor elevado.

[...] a CETA constituía um obstáculo para o desenvolvimento da colônia, que estagnada vivia a marcar passos, e era urgente a tomada de medida para libertá-la da administração da CETA e recuperar a autogestão sobre a venda de produtos e compras de mercadorias, fazendo a entidade voltar a caminhar por si próprio como antes. (ABE, 1959, p. 11).

1. Campo de concentração foi o nome dado às áreas onde os alemães confinavam, torturavam e matavam os judeus.

Com esse objetivo, dezessete jovens², da colônia se reuniram, em novembro de 1945, e criaram a organização denominada “Noumin Doshi Kai” ou União dos lavradores. Na primeira reunião da união dos Lavradores, foram determinadas as diretrizes desta nova empreitada dos imigrantes japoneses:

Permitir ingresso de novos associados; melhorar o processo de circulação de dinheiro; promover negociação com a CETA; melhorar a finança da cooperativa mediante a separação entre as seções de venda e de compra; estudar a possibilidade de construir um meio de transporte próprio motorizado para a cooperativa. (ABE, 1959, p. 16).

O primeiro trabalho feito pelos colonos foi em prol do transporte. A CETA, ainda um órgão pertencente ao governo, fazia o transporte dos produtos da colônia, não satisfazendo o gosto dos colonos, o que impedia o aumento da renda e o desenvolvimento das plantações (CAMTA, 1969). Assim, os lavradores decidiram construir um barco, mas entre esses dezessete lavradores, não havia ninguém que tivesse tido nenhum tipo de experiência com a construção naval. Ficou decidido, então, que Keishi Nagano, carpinteiro, iria chefiar a

construção e o desenhista seria outro membro da União dos Lavradores, Katsumasa Takahashi. Todos os membros participaram da construção do barco que ficou pronto em 7 meses, pesando 18 toneladas. Este era movido por um motor velho de um caminhão desativado. Foi batizado como Universal I (ABE, 1959).

No dia 18 de fevereiro de 1946, o Universal I, comandado pelos dezessete lavradores fizeram a primeira viagem à Belém. Este acontecimento foi muito comemorado pela União dos Lavradores.

O fato impulsionou estes lavradores para uma nova missão: a de negociar o fim da intervenção estatal na cooperativa e de readquiri-la a favor dos colonos. A negociação foi difícil, havendo diversas conversas para o convencimento das pessoas que comandavam a CETA, mas a paciência e a insistência dos colonos acabaram por viabilizar a recuperação da cooperativa. Assim, os problemas foram se resolvendo. O transporte já era feito pela União dos lavradores, recuperou-se a autonomia na compra e venda de produtos e de materiais, a colônia por inteira apoiava as ações dos lavradores, passando-lhes coragem, credibilidade e confiança (ABE, 1959).

2. Katsuhiko Seki, Shiro Toda, Tadao Sato, Katsumasa Takahashi, Kowashi Sawada, Satoshi Sawada, Fukashi Sawada, Keishi Nagano, Tooru Ikeda, Teruo Sawada, Yoshiharo Nagano, Ilideo Shibata, Torao Hidaka; Hiromu Murakami, Akio Shibata, Noburo Abe e Kozo Fujihashi (CAMTA, 2009, p. 21).



Fonte: CAMTA (2009)

Assim, com a recuperação da cooperativa, os colonos assumiram responsabilidades que antes eram da Nantaku e, depois, do governo estadual. Várias atividades deveriam ser executadas pela cooperativa, como: manutenção e abertura de vias de escoamento da produção, saúde, educação, entre tantos outros serviços internos que favoreceriam os cooperados (KATO, 1994).

Em 30 de junho de 1946, foi feita uma reunião que tinha como assunto principal de sua pauta a oficialização e o reconhecimento da cooperativa administrada pelos japoneses. Era a reconciliação com o cooperativismo, consolidando o associativismo como o princípio centralizador para a nova investida destes imigrantes.

Esta ideia de ter uma cooperativa oficialmente reconhecida nasceu justamente porque, tanto a Cooperativa de Hortaliças como a Cooperativa Agrícola do Acará eram uma sociedade comunitária de fato, mas sem nenhuma proteção constitucional ou legal do governo brasileiro. (CAMTA, 2009, p. 29).

A ideia de uma cooperativa registrada formal e legalmente amadurecia entre os

colonos, mas os poucos recursos que estes detinham os impediam de concretizar essa ideia. Em 1946 e 1947, a pimenta-do-reino começava a se destacar na produção, estando abaixo apenas do arroz e das hortaliças. Em 1947, a produção do arroz estava no valor de Cr\$322.697,00. A produção de hortaliças alcançava a quantia de Cr\$105.279,00. Até 1946, só aparecia nos relatórios da cooperativa os itens arroz, hortaliças e outros. A pimenta-do-reino apareceu no relatório de 1947, e sua produção obteve a importância de Cr\$55.066,00 (CAMTA, 2009). Antes de 1947, a pimenta-do-reino sempre era encaixada no item “outros”, mas, com a devastação dos pimentais ocasionada pela Segunda Guerra Mundial nos países que eram os maiores produtores de pimenta-do-reino – Malásia, Indonésia e Índia –, o preço desta iguaria teve um aumento de 2000%, o que serviu de incentivo para os colonos japoneses cultivarem essa iguaria.

No final da guerra em 1945, a pimenta-do-reino passou a despontar como uma cultura realmente promissora quando o quilo desse produto subiu de 5 mil réis para 100 mil réis em 1946, isto foi o sinal de largada para a

produção de pimenta-do-reino no Estado do Pará. (HOMMA, 1998, p. 69).

Os colonos passaram a ter uma maior prosperidade por meio da pipericultura. Já em 1947, a pimenta-do-reino plantada no Pará representava 10% da produção mundial e era a terceira maior produção do mundo. Essa iguaria chegou a ser chamada de “diamante negro” da Amazônia; e, assim, os colonos conseguiam os recursos para a oficialização da cooperativa.

4 A pipericultura e a fundação da Camta

Com a devastação das maiores plantações de pimentas-do-reino ocasionadas pela guerra, o preço dessa piperácea aumentou consideravelmente, e os imigrantes japoneses da colônia de Tomé-Açu começaram a plantar a iguaria que gerava lucros substanciais. Essa investida dos imigrantes japoneses na pipericultura acabou determinando um grande poder de acumulação por parte desses imigrantes, e esse lucro que foi reinvestido nos pimentais foi multiplicado, aumentando o poder aquisitivo dos imigrantes japoneses de uma forma rápida e em uma quantidade monetária absoluta muito grande (KEYNES, 1982).

Esse poder de acumulação era alavancado conforme a quantidade de imigrantes adeptos da pipericultura aumentava. Quanto maiores eram as vendas, maiores eram as quantidades de pimentas-do-reino plantadas pelos colonos, sempre trabalhando juntos em busca de uma melhor condição de vida. O efeito multiplicador fez com que os colonos conseguissem capital suficiente para viabilizar a cooperativa.

Os colonos, que recuperaram o poder de compra e venda, transporte e a logística

necessária para chegar aos consumidores de Belém, conseguiram em pouco mais de dois anos, quantidade suficiente de capital para legalizar os trabalhos associativos que começaram com a Cooperativa de Hortaliças, passando pela Cooperativa Agrícola do Acará e enfim pela União dos Lavradores.

Com os recursos obtidos pelos colonos japoneses por meio da pimenta-do-reino, juntamente com a autonomia de compra e venda, transporte e produção adquiridas por estes, a ideia da fundação de uma cooperativa oficialmente reconhecida pelos órgãos legislativos brasileiros se tornava perfeitamente viável.

As cooperativas legalizadas tinham proteção do Estado e gozavam de direitos assegurados em leis, e, assim, os colonos poderiam obter maior seguridade para o seu desenvolvimento. Todas as outras cooperativas anteriores deixaram de usufruir as vantagens que eram permitidas às cooperativas oficialmente reconhecidas.

A colônia inteira se uniu para poder se desenvolver e sair do estado arcaico em que se encontrava. Passaram a projetar o futuro nas inúmeras reuniões que passaram a fazer para discutir quais seriam as melhores decisões a serem tomadas (CAMTA, 2009). As providências para oficializar a cooperativa foram executadas com arrojo, pois a pimenta-do-reino estava se destacando no mercado cada vez mais, proporcionando todos os recursos necessários para que os colonos colocassem em prática os seus objetivos.

Nesse cenário, o consenso geral da colônia se inclinava para a centralização e da unificação em torno da cooperativa, e cada vez mais se consolidava esta consciência da União. Os agricultores, através da autonomia com seus produtos passaram a obter uma renda maior o que fazia com que outros entendessem o espírito de uma associação. (CAMTA, 2009, p. 30).

Com tanta prosperidade, em 30 de setembro de 1949, foi fundada, dentro dos termos legais, a CAMTA, dando início a uma nova etapa na colonização japonesa na Amazônia (CAMTA, 1954).

Com a legalização da cooperativa, a CAMTA poderia usufruir de todos os incentivos e benefícios que eram oferecidos pelo governo, fazendo com que a colônia fosse impulsionada de forma mais rápida para o progresso.

4.1 Pimenta-do-reino: da ascensão à queda

No fim da década de 40, a pimenta-do-reino começou a dar sinais de grande rentabilidade. A Segunda Guerra Mundial fez com que fossem devastados os campos de plantações de pimenta-do-reino dos maiores produtores do mundo desta iguaria para plantarem comida que serviriam para os soldados japoneses. A produção de pimenta-do-reino antes da guerra era de 93 mil toneladas; após a guerra, essa produção passou a ser de 70 mil toneladas. A produção mundial diminuiu, e o preço começou a aumentar.

O preço da pimenta-do-reino entre os anos de 1945 à 1952 não parou de subir. Em 1945, o preço da tonelada da pimenta-do-reino era de US\$220,00. Já em 1948, o preço da mesma tonelada era de US\$1.368,40, aumentando mais de 500% nesse período. O preço da pimenta-do-reino continuou aumentando a galope. Em 1949, a tonelada custava US\$2.334,20 e em 1950 US\$3.247,60. Começava aqui a estabilizar o preço da pimenta-do-reino, mas este ainda ia sempre aumentando. Não com a velocidade e intensidade dos anos anteriores, mas sempre havia um acréscimo no valor da preço da tonelada de pimenta-do-reino.

Em 1952, o preço da tonelada desta iguaria era de US\$3.381,40 (HOMMA, 2007).

Havia pouca oferta de pimenta-do-reino em escala mundial, o preço desta iguaria aumentou consideravelmente. Em apenas sete anos, o preço da pimenta-do-reino aumentou de US\$220,00 para US\$3.381,40. Em dólares, esse aumento chegou a um valor em torno de 1500%. Um aumento considerável e repentino. Os cooperados da CAMTA praticamente abandonaram as outras culturas e passaram a plantar a pimenta-do-reino em grande número. A CAMTA passava a operar em sistema de monocultura, pois a piperácea indiana começava a dar lucros muito altos. O número de cooperados aumentava assim como o número de pimenteiras.

Com esses números, a CAMTA passava a ser uma cooperativa de pimenta-do-reino. A pipericultura era o que gerava desenvolvimento e renda para os cooperados. Em 1955, a produção brasileira já conseguia atender totalmente a demanda interna. No ano seguinte, o governo federal concedeu a CAMTA uma autorização para a exportação da pimenta-do-reino. A primeira exportação teve como destinos a Argentina e os EUA (CAMTA, 1971).

Essa foi a fase de progresso da colônia: a fase do “diamante negro” da Amazônia.

A casa dos japoneses plantadores dessa cultura (pipericultura), de acordo com o grau de dependência e da capacidade de plantio, assumiram evoluções partindo de casas cobertas de cavaco, parar casas de madeira com cobertura de telha e, enfim, casas de alvenaria [...]. Como símbolo maior de ostentação possuíam veículos, automóveis de luxo estacionados nas residências e percorrendo as estradas rurais entre os plantios de pimenta (HOMMA, 2007 p. 105 - 106).

Havia um forte ufanismo entre os colonos. A pimenta-do-reino trouxe uma quantidade considerável aos colonos. Estes passaram a gastá-lo sem pensar em economizar, isso devido também à inflação galopante da época.

Nas festas não havia “presentes” era só dinheiro. Tudo era dinheiro. Um dando dinheiro pro outro. Quando um filho de alguém saía para estudar fora todos davam dinheiro ao menino de presente, não se dava outra coisa a não ser dinheiro [...] (Informação verbal³).

A prosperidade na colônia ia aumentando cada vez mais, no dia 1 de setembro de 1949; já com uma autonomia econômica concreta, Tomé-Açu se emancipa da cidade de Acará, sendo elevada ao “status” de município. Acará arrecadava uma grande parte de sua receita através da produção da pimenta-do-reino de Tomé-Açu; e neste, então distrito. Estradas, saúde e educação eram precários e a dificuldade de ir até a sede de Acará requerer algum documento também colaborou para essa emancipação (SEPOF, 2008).

Tabela 1 – Número de cooperados e de pés de pimenta-do-reino e produção na Colônia de Tomé-Açu – PA, no período de 1947-1960.

Ano	Cooperados	Nº de Pimenteiros	Produção (Kg)
1947	58	30.550	21.065
1948	53	48.450	38.361
1949	59	65.490	69.338
1950	61	104.700	80.000
1951	62	176.375	294.016
1952	65	253.555	465.332
1953	78	332.655	650.000
1954	78	443.893	800.000
1955	103	564.453	890.000
1956	103	670.443	1.200.000
1957	103	767.230	1.800.000
1958	176	820.665	2.300.000
1959	186	916.500	2.300.000
1960	219	1.193.800	2.368.000

Fonte: Homma (2007)

Assim, com o “boom” da pimenta-do-reino, o dinheiro gerado por esta cultura, não foi destinado somente para o luxo dos cooperados. A CAMTA passava a ter outras preocupações. Esta juntamente com cooperados de diferentes localizações dentro da

colônia passaram a investir mais em educação além de saúde e transporte. Os filhos passaram a não mais trabalhar na lavoura e a maioria desta geração foi estudar em Belém (KATO, 1994). O lucro também foi destinado a aprimorar a produção de pi-

3. Hajime Yamada. Entrevista concedida ao autor em 21 de setembro de 2008.

menta-do-reino. Houve grandes compras de maquinaria agrícola e de fertilizantes (HOMMA, 1998). “Era comum a chegada de tratores e materiais agrícolas vindo de São Paulo e trazidos por barcos até a colônia” (KATO, 1994, p. 33). Desta maneira, a colônia caminhava de modo cada vez mais forte para a monocultura, com grande aumento da produção e da renda, sendo

todos os insumos comprados dedicados à pipericultura. Na tabela 2, vemos como o aumento do número de cooperados foi significativo. Não houve nenhuma diminuição do número de cooperados de um ano para o outro. Os valores dos produtos oscilam entre os anos de 1952 e 1958, mas chegou a um valor considerável em 1966.

Tabela 2 – O número de cooperados e o valor da produção de pimenta-do-reino entre 1947-1966.

Ano	Valor da Produção (Cr\$)
1947	55.066
1948	358.880
1949	1.484.678
1950	6.266.052
1951	8.232.514
1952	20.350.078
1953	43.817.210
1954	26.714.676
1955	107.672.575
1956	88.275.413
1957	102.544.678
1958	57.201.148
1959	154.976.788
1960	326.289.463
1961	521.161.272
1962	464.214.586
1963	909.011.879
1964	2.097.696.909
1965	3.105.970.429
1966	6.375.671.089

Fonte: CAMTA (1971)

O período de prosperidade da colônia foi de 1947 até 1968. Neste último ano, deu-se uma forte recuperação dos concorrentes asiáticos. Houve uma superprodução na Indonésia, fazendo com que o preço da pimenta-do-reino caísse de US\$750 para US\$470 em um mesmo ano (1968) (CAMTA, 1971). A monocultura começava a mostrar sua fragilidade aos imigrantes japoneses.

Os cooperados começaram a sentir dificuldades em manter lucrativa a produção de pimenta-do-reino. Para agravar ainda mais a situação, o *fusarium* passou a atacar os pimentais. A fusariose, como passou a ser conhecida esta doença, reduz de imediato a vida útil do pé de pimenta-do-reino. Os cooperados passaram a ter pimentais de várias idades para tentar combater a doença

(UNE, 1988). A violenta expansão da fusariose, a partir do fim da década de 60, fez com que os pimentais fossem reduzidos a praticamente à produção de subsistência (HOMMA, 1998). Os cooperados, de forma repentina, começavam a passar por dificuldades financeiras, o que não ocorria durante os 20 últimos anos. Alguns cooperados abandonaram suas plantações e foram em sua maioria para São Paulo. Outros poucos imigrantes voltaram para o Japão. Largaram tudo, terras, máquinas, e levavam famílias inteiras ao novo destino, mas a maioria cercou as atividades estudantis dos filhos, angariando braços para ajudarem na recuperação da lavoura.

Tabela 3 – Número de Cooperados da CAMTA (1961-1975)

Ano	Nº de cooperados
1961	229
1962	244
1963	244
1964	244
1965	271
1966	304
1967	316
1968	325
1969	321
1970	314
1971	289
1972	279
1973	274
1974	297
1975	325
1976	342
1977	343
1978	350

Fonte: CAMTA (2009)

Muitos importadores, como EUA e Alemanha, de pimenta-do-reino passaram a desprezar a produção de Tomé-Açu, e a buscarem a piperácea em terras asiáticas. Apesar disso, os cooperados da CAMTA não diminuíram, ao contrário, aumentaram como mostra a tabela 3. Ainda que alguns tenham abandonado a colônia, os que ficaram, e ainda atualmente permanecem no mesmo pedaço de terra destinado à família na década de 30, buscaram soluções para que a cooperativa não acabasse, honrando os próprios esforços e, também, de diversos pais que a começaram na década de 30.

A combinação da queda do preço com a fusariose arruinou as plantações de pimenta-do-reino da colônia, mostrando que a necessidade de diversificação da produção era evidente. A perspectiva de agravamento da situação e a falta de uma política que protegesse a pipericultura fizeram com que ao pipericultores e trabalhadores rurais comesçassem a explorar a policultura.

A Secretaria de Agricultura do Pará passou a incentivar a cacauicultura e a CAMTA passou a buscar sementes híbridas desta cultura na Bahia. Desta forma, o cacau passava a ganhar força na região.

5 A necessidade da diversificação

Com a queda do preço da pimenta-do-reino, a CAMTA que já estimulava os cooperados a diversificarem a produção, não comprometendo, assim, a sua renda com as flutuações do preço de mercado, passou a enfatizá-la a seus cooperados. Com a chegada da fusariose, a diversificação se tornou extremamente necessária.

Noburo Sakaguchi, então diretor da CAMTA, propôs a cultura do cacau como uma alternativa e com vários incentivos estatais; o cacau começou a ter vários coo-

perados adquirindo-o para a plantação (CAMTA, 2009).

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) financiou um projeto para reestruturar a cultura da pimenta-do-reino, incentivar a cultura do cacau e fortalecer o plantio de outras culturas, como dendê, seringueira, maracujá, entre outras, já visando a diversificação. A JICA liberou para esse projeto a verba de Y\$1.200.000,00 (CAMTA, 2009).

A diversificação evoluiu muito nos anos 80, indo além da pimenta-do-reino e do cacau, aumentando consideravelmente a quantidade de frutas tropicais cultivadas.

5.1 O processo da introdução do cacau após a crise da pimenta-do-reino

Com a queda da pipericultura, o cacau começou a ganhar corpo nas plantações dos cooperados. Foi uma fase de transição, onde os pimentais teriam que dar um pouco de seu espaço ao cacau. As mudanças são complexas, pois misturam um pouco da peculiaridade da situação original com o incremento dos novos traços que está entrando na configuração de uma introdução de uma nova cultura, ou seja, um novo sistema de plantação.

Em Tomé-Açu, o processo de transição se iniciou com uma nova tentativa de produção do cacau. Com esta cultura, voltando à produtividade na colônia, mudanças como o uso do tipo de solo e a forma de plantio teriam que ser efetuadas. A cacauicultura era uma necessidade para os cooperados que teriam que ter uma resposta devido à crise da pipericultura.

Assim, a escolha da cooperativa feita a favor do cacau no começo dos anos

70, a Secretaria de Agricultura do Pará deu início ao Programa Inicial do Projeto Cacau (PIPC), e, assim, oficialmente passou a apoiar a cacauicultura no município de Tomé-Açu, que tentava se reestruturar após a crise da pimenta-do-reino (CAMTA, 2009).

Este programa determinava a ativação da cacauicultura em várzeas e ilhas, áreas de pimentais decadentes e áreas que são objeto de programas em desenvolvimento [...], o objetivo básico era recuperar economicamente áreas de pimentais em extinção não constituindo, por tanto, um programa específico de difusão do cacau no Pará, apenas a cacauicultura era umas das opções a pipericultura decadente (COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPAC, 1980, p. 4 - 5).

Com a criação do Programa de Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional (PROCACAU), por parte do governo federal, houve definitivamente a seguridade do cultivo do cacau em Tomé-Açu. Assim, a policultura começava a aparecer nas plantações dos agricultores de Tomé-Açu.

Os cooperados da CAMTA não abriram mão do cultivo da pimenta-do-reino por completo, mas cederam um pouco do espaço onde estava plantado os pimentais para executar o cultivo do cacau.

Vê-se na tabela 4 o processo de transição por qual passou a agricultura em Tomé-Açu. Percebe-se que a área colhida de pimenta-do-reino permanece estável. Isso ocorre devido ao cultivo consorciado⁴. Vamos também que há uma queda brusca na quantidade produzida da piperácea, assim como uma alta considerável na quantidade produzida e nas áreas plantadas de cacau.

4. Plantio de mais de uma cultura na mesma plantação.

Tabela 4 – Produção da pimenta-do-reino e do cacau em Tomé-Açu – 1973-1982.

Ano	Quantidade Produzida (T)		Área Colhida (Ha)	
	Pimenta	Cacau	Pimenta	Cacau
1973	12.288	—	2.560	—
1974	12.294	43	2.560	180
1975	9.072	229	1.890	342
1976	6.952	587	2.028	978
1977	9.083	587	2.028	978
1978	10.000	310	2.490	913
1979	5.600	375	2.500	683
1980	6.048	957	2.700	897
1981	2.999	1.907	1.800	3.051
1982	3.665	3.020	2.200	4.000

Fonte: Grupo de Coordenação de Estatística Agropecuária-Pará (GCEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE, 1985).

A lavoura de cacau estava se expandindo, tendo aumentado sua produção no período de 1980-1982 em mais de 400%, enquanto a pimenta-do-reino reduziu sua produção em 40%.

Os pimentais foram sendo gradativamente desativados e substituídos, como mostra a tabela 5.

Vemos um total de área cultivada das duas culturas, cacau e pimenta-do-reino, respectivamente de 420,2ha e 159,3ha.

Apenas 6 das 42 propriedades tem plantação de pimenta-do-reino maior que a do cacau (14,2% das propriedades da tabela), sendo que há 9 propriedades só com plantio de cacau (21,4% das propriedades da tabela) e nenhuma com plantio somente de pimenta-do-reino.

O cacau ajudou a CAMTA a recuperar um pouco das suas forças, manteve a preço estável, mas os rendimentos eram baixos ou ainda deficitários.

Tabela 5 – Área plantada com cacau e pimenta-do-reino em 42 propriedades visitadas em Tomé-Açu em 1982.

Nº das Propriedades	Cacau (Ha)	Pimenta-do-reino (Ha)
1	10,0	2,0
2	9,5	2,0
3	13,0	5,0
4	12,0	2,0
5	6,0	2,0
6	4,5	2,5
7	5,0	6,0
8	10,0	4,0
9	10,0	2,0
10	8,0	6,0
11	10,0	_____
12	3,0	4,0
13	8,0	3,0
14	16,0	1,0
15	30,0	10,0
16	20,0	_____
17	10,0	_____
18	3,0	0,8
19	3,5	_____
20	18,0	3,0
21	4,7	_____
22	13,5	10,0
23	25,0	25,0
24	2,0	1,0
25	29,0	11,0
26	20,0	14,0
27	7,0	3,5
28	29,0	5,0
29	4,5	_____
30	15,0	1,0
31	10,0	10,0
32	20,0	_____
33	4,0	1,5
34	2,5	4,0
35	0,5	_____
36	3,0	8,0
37	7,0	3,0
38	3,0	1,0
39	8,0	2,0
40	0,5	_____
41	1,5	2,0
42	1,0	2,0
Total	420,2	159,3

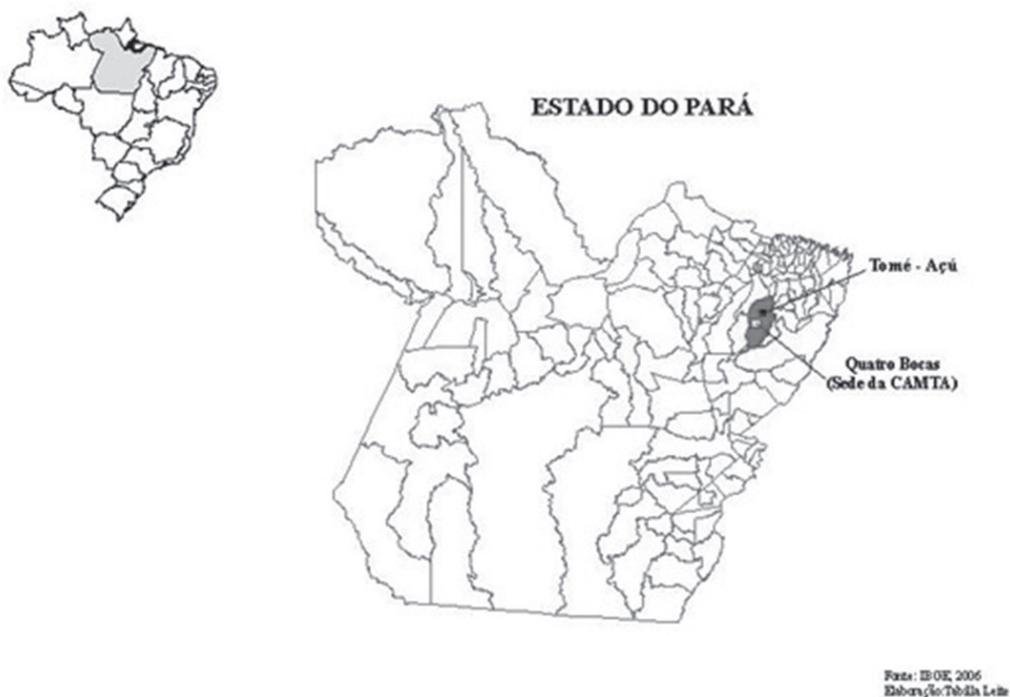
Fonte: CAMTA (1983) e Santos (1989).

6 A recuperação da camta

A década de 1980 representou a tentativa de recuperação da CAMTA. Todos estavam lutando pela recuperação da cooperativa e o lema adotado pelos cooperados foi: “A reconstrução depende da autoconsciência de cada um” (CAMTA, 2009, p. 97). Nessa década, ocorreu a fusão operacional da CAMTA com a fábrica de sucos da Associação de Fomento Agrícola de Tomé-Açu (ASFATA), uma organização também fundada por iniciativa dos imigrantes japoneses de Tomé Açu. Em meio a esses acontecimentos, a ASFATA elaborou um projeto que levaria eletricidade à zona rural e atenderia a maioria das famílias cooperadas. A JICA disponibilizou três milhões e seis-

centos mil dólares para a execução desse projeto. Gestões foram feitas para obtenção também de recursos do governo do Pará, mas a Companhia Elétrica do Pará (CELPA) não pode colaborar financeiramente nem tecnicamente, e o governo paraense colaborou com cem mil dólares para as obras de telefonia rural (CAMTA, 2009). Com a negativa do setor público em executar o projeto, os japoneses de Tomé-Açu criaram, em 1989, a Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rural da Região Goeconômica de Tomé-Açu (COERTA), que executou as obras de eletrificação da cidade de Quatro Bocas, núcleo urbano onde se localiza a sede da CAMTA localizada a 12 quilômetros da cidade de Tomé-Açu (Figura 2).

Figura 2 – Localização da sede da CAMTA



A rede tronco conectou a sede municipal à cidade de Quatro Bocas, prolongando-se pela principal rodovia que dá acesso às vicinais onde se localizam a maioria das propriedades rurais dos colonos japoneses. O projeto viabilizou a construção de 80 quilômetros da rede tronco e de 50 quilômetros das vicinais, além da construção de 180 subestações, atendendo quase 200 famílias.

Para o funcionamento da eletrificação, a rede tronco deveria ser doada à CELPA, pois se esta não detivesse a posse da rede principal, a eletrificação não poderia ocorrer. Como todos queriam a execução do projeto, assim foi feito, e a rede tronco foi doada à CELPA (SAKAGUCHI, 2009).

Tendo a CELPA obtido os direitos sobre a rede tronco e, para se ver isenta do pagamento de impostos sobre a transmissão que teriam que arcar, 28% do valor nominal da obra, cerca de um milhão e quatrocentos mil dólares, a diretoria da empresa decidiu transformar sua posse em ações para que esses impostos não fossem cobrados. Essas ações foram avaliadas como D⁵ e foram repassadas para a COERTA.

Nesse momento, a CAMTA estava com problemas financeiros, pois, mesmo com a administração da fábrica de sucos que foi transferida da ASFATA para a CAMTA, os rendimentos eram baixos, inclusive com a ocorrência de prejuízos nos anos 1995, quando a CAMTA contava com 133 cooperados e registrou um prejuízo de R\$80.064,58 e 1996, quando caiu o número de cooperados para 118 e o prejuízo foi de R\$32.328,85 (CAMTA, 1996, 1997).

Esses resultados negativos levaram a diretoria a pensar na dissolução da empresa e,

como alternativa à crise, foi proposto pela nova diretoria da CAMTA, que assumiu, em 1997, a fusão das cooperativas – CAMTA e COERTA – e das associações – ASFATA e Associação Cultural de Tomé-Açu – com a convicção de que os custos iriam diminuir e os investimentos seriam otimizados, melhorando a estrutura em prol dos cooperados.

Essa idéia não foi aceita, assim como a nova diretoria não aceitou a dissolução da CAMTA. As associações se fundiram, e as cooperativas passaram a funcionar em parceria. A COERTA, que estava bem financeiramente, financiava os recursos de que a CAMTA necessitava para se manter. Não houve a fusão de imediato entre as duas cooperativas porque a CAMTA estava com problemas financeiros e poderia atrapalhar o desenvolvimento da COERTA (SAKAGUCHI, 2009).

Com essas medidas, já em 1997, a CAMTA obteve um saldo positivo em sua receita de apenas R\$4.042,30, mas já significava reversão de tendência e esperança de melhores dias para os 109 cooperados que compunham a CAMTA naquele ano. Em 1998, a recuperação foi ainda maior e o superávit de 156 mil reais foi maior que os prejuízos absolutos somados de 1995 e 1996 (CAMTA, 1999).

A CAMTA começava a reagir, em meio às privatizações estabelecidas pelo governo federal na época. Com essa estratégia, adotada pelo governo federal, as ações da COERTA tiveram seu valor aumentado significativamente, pois era necessário ter uma quantia mínima de ações para participar da concorrência nos leilões das empresas estatais que estavam sendo privatiza-

5. As ações são avaliadas de acordo com seu risco e nomeadas como: A, B, C, D e E, sendo que as ações A têm o menor risco e as ações E o maior risco.

das. A COERTA fez um leilão com envelope fechado para poder vender as suas ações.

Nunca se viu tanto movimento aqui em Tomé-Açu, o aeroporto ficou cheio de aviões daqueles monomotores, a cidade estava infestada de caminhonetes e carros, era gente de todo lugar do Brasil. Não tinha hotel na cidade pra tanta gente (Informação verbal⁶).

As ações foram vendidas pelo valor de 3 milhões e oitocentos mil dólares, quase o valor de todo o investimento da cooperativa. Esse dinheiro foi todo investido na colônia e 1 milhão e quatrocentos mil dólares foram destinados à ampliação e estruturação da fábrica de suco da CAMTA. A fruticultura começava a obter ainda mais força na comunidade nipônica de Tomé-Açu.

Com a venda das ações da COERTA, o dinheiro adquirido foi todo reinvestido na colônia e parte deste dinheiro, devido à parceria da COERTA com a CAMTA, foi destinado ao aumento da infra-estrutura da fábrica de sucos. A partir desse aumento do espaço físico, a produção começou a aumentar, assim como o investimento em automação. As construções das câmaras frias deram condições à CAMTA de produzir até 24 horas seguidas, sendo que, antes, o que havia sido produzido teria que ser comercializado, pois o produto poderia estragar e tornaria difícil a produção em grande escala.

No início do presente século, houve um novo incentivo da JICA, da ordem de 70 milhões de ienes (US\$1,2 milhões de dólares), investidos na modernização da área da fábrica de sucos, que passou a ter 600m² e contar com moderno equipamento para processamento de frutas e confecção de sucos congelados, o que aumentou a rapidez e a

qualidade da produção. Foi instalada a linha de produção de polpa de açaí, cacau e cupuaçu, além da linha de produção das outras frutas, que processa um tipo de fruta por vez, sendo higienizada nos intervalos de passagem de utilização de um tipo de fruta para a outra. As medidas de higiene foram aprimoradas e equipamentos de esterilização, como a caldeira, foram adquiridos pela cooperativa para evitar a proliferação de bactérias. Atualmente, a fabricação de sucos abrange mais de 70% do movimento da cooperativa, sendo processadas 5 mil toneladas por ano, atingindo vendas de 3,5 mil toneladas e um faturamento bruto de 920 milhões de ienes (12,1 milhão de dólares).

Com a ampliação da fábrica de sucos e a construção da câmara fria para manter os produtos estocados, a fruticultura passou a ser o “carro chefe” da cooperativa, sendo o açaí o produto mais vendido pela CAMTA. A pimenta-do-reino e o cacau (também a venda da polpa de cacau e não somente a venda da amêndoa) ainda geram cifras expressivas. As exportações de polpas de frutas congeladas passaram sempre a aumentar, principalmente após a capacidade de estocagem frigorífica. As tabelas 6 e 7 registram a quantidade de variedades de polpas de frutas e os números de exportação destas.

Esses produtos são cultivados por meio de um sistema agro-florestal desenvolvido pelos cooperados. Esse sistema faz com que a diversidade abasteça o agricultor desde o primeiro ano da plantação, colaborando com o produtor também na parte econômica. O agricultor planta a cultura interna, normalmente a pimenta-do-reino, e, no espaço entre as fileiras desta plantação, são plantadas outras variedades de frutas como

6. Francisco Sakaguchi. Entrevista concedida aos autores em 16 de outubro de 2009.

banana e cacau, intercaladamente. Ao redor, são plantadas as árvores frutíferas maiores, podendo ser açai e taperebá, por exemplo; e, ainda no entorno da plantação, são plantadas árvores de madeira nobre, como o mogno, que são incluídos no sistema para que o agricultor tenha uma renda, para quando for se aposentar. Em meio a essa produção, nos espaços entre as plantações, é cultivado o arroz (JICA, 2009).

Em 2007, além dos produtos tradicionais e dos sucos de frutas, a CAMTA diversificou a produção também para a linha de doces e geléias de frutas em caráter experimental. Japão e EUA são os maiores importadores das polpas de frutas produzidas pela CAMTA. Há um início de exportações para a Itália a partir de 2010, que, embora ainda seja pequeno, mostra a busca de aumento de mercado por parte da cooperativa. Mesmo com a diversificação da produção, ainda é significativa a produção de pimenta e cacau, produtos tradicionais da

colônia japonesa no Nordeste paraense que foram responsáveis em 2010 por um total de vendas de 5,3 milhões de reais, valor extremamente expressivo para a Amazônia. A CAMTA continua a diversificar a produção e expandir o seu mercado para, assim, obter maior faturamento. A industrialização dos produtos agrícolas passará a processar, experimentalmente, a extração de óleos vegetais advindos do cacau e do cupuaçu. O sistema agro-florestal consorciado, desenvolvido pelos cooperados da CAMTA ao longo do tempo em Tomé-Açu, atrai a atenção de várias partes do mundo; e esse sistema faz com que essa cooperativa aumente a sua produção e desenvolva o seu entorno sempre em harmonia com a natureza.

As exportações desses produtos também são destinadas ao Japão e ao EUA, assim como a polpa de frutas, sendo que há também grandes exportações de produtos secos para a Alemanha e a Argentina.

Tabela 6 – CAMTA: Demonstrativo de Vendas de Polpas de Frutas em 2010.

Produto	2010/ R\$	% de Vendas	Quantidade/Kg
Polpa Maracujá	1.000.510,62	6,40	172.934,8
Polpa Acerola	1.573.789,00	10,07	506.036,4
Geléia Cupuaçu	1.563,00	0,01	518,0
Polpa Cupuaçu	2.015.480,79	12,90	402.491,2
Polpa Açai	5.058.457,54	32,38	1.155.001,4
Geleada Cupuaçu	2.877,00	0,02	956,0
Polpa Açai Agave	266.434,52	1,71	35.592,0
Polpa Açai Mix	579.783,83	3,73	108.200,0
Geleada Goiaba	1.613,00	0,01	533,0
Polpa Abacaxi	871.114,12	5,58	273.153,6
Polpa Carambola	52.995,81	0,34	24.083,2
Polpa Graviola	896.373,04	5,74	136.096,6
Polpa Muruci	293.149,92	1,88	87.562,2
Polpa Taperebá	1.257.859,79	8,05	243.128,4
Polpa Caju	360.306,97	2,31	104.728,0

Polpa Goiaba	1.172.258,14	7,50	354.417,0
Polpa de Manga	134.131,84	0,86	34.740,6
Polpa Cacau	80.589,93	0,50	19.163,4
Geléia de Maracujá	1.139,00	0,01	377,0
Total	15.624.166,86	100	3.659.708,8

Fonte: CAMTA (2011)

Tabela 7 – CAMTA: Demonstrativo de Exportação de Polpas em 2010.

País	Kg.	R\$	% Kg.	% R\$
Itália	35.274,96	243.651,14	2,3	2,5
Japão	1.341.982,25	7.226.869,40	87,5	88,7
EUA	156.436,78	722.686,94	10,2	8,8
Total	1.533.693,99	8.193.207,48	100	100

Fonte: CAMTA (2011)

Tabela 8 – CAMTA: Demonstrativos de Vendas de Produtos secos em 2010.

Tipo	Quantidade/ Kg.	Valor/ R\$
Pimenta Branca	294.500	2.987.829,85
Pimenta Preta	255.531	1.491.740,70
Cacau	105.405	625.904,57
Amêndoas de Cupuaçu	26.660	280.960,60
Total	682.096	5.386.435,72

Fonte: CAMTA (2011)

Tabela 9 – CAMTA: Demonstrativo de Exportação de Produtos Secos em 2010.

País	Produto	Quant./Kg.	Total
Alemanha	Pimenta Branca	50.000	513.115,00
	Pimenta Preta	25.000	130.107,50
Japão	Pimenta Preta	10.031	57.727,70
	Cacau	25.000	148.650,00
Hong Kong	Pimenta Preta	25.000	130.107,50
USA	Pimenta Branca	51.000	535.845,00
	Pimenta Preta	34.000	195.605,00
	Cacau	15.000	89.190,00
Argentina	Pimenta Branca	193.500	1.938.869,85
	Pimenta Preta	186.500	1.108.300,50
Total Geral		615.031	4.847.518,05

Fonte: CAMTA (2011)

7 Conclusão

O cooperativismo se tornou uma alternativa para os imigrantes japoneses à exploração das empresas colonizadoras capitalistas que nos trouxeram à Amazônia para iniciar o processo de colonização onde hoje está localizado o município de Tomé-Açu. O alto grau de opressão a que foram submetidos, quando chegaram em meio a floresta, levou os nipônicos a apelarem à ajuda mútua para conseguirem superar as dificuldades iniciais. Recorrer à doutrina cooperativista fez com que as condições de vida da população migrante melhorassem significativamente se comparadas com as de precariedade do início da colonização.

O progresso rápido foi bem preparado e articulado entre os imigrantes japoneses a ponto de ser avaliado como pelo poder público como possível ameaça durante a Segunda Guerra Mundial. O confisco da cooperativa estacionou o movimento e cooperação, e, quando foi retomado após o término do conflito mundial, os cooperados foram iludidos pela alta do preço da pimenta-do-reino. Com a penúria, ocasionada pelo período da guerra, estabelecida entre os cooperados, estes recorreram à monocultura da piperácea para aumentar a renda. Com o excesso da produção, a baixa dos preços e a crise foram estabelecidas na cooperativa, a criação e a adaptação de uma nova forma de produção à Amazônia, e a inserção de novos produtos para o cultivo foi a saída encontrada pelos cooperados. O sistema agroflorestal foi o alicerce para a evolução da CAMTA e para manter, até os dias atuais, as relações sociais e culturais entre os seus cooperados.

Ainda que recebesse apoio do governo japonês nas fases em que a comunidade ni-

pônica de Tomé-Açu enfrentou dificuldades, a continuidade da colônia agrícola na região por mais de oitenta anos revela que o ambiente cultural e o grau de associativismo da população japonesa que emigrou e permaneceu no Pará, nesse longo período, foi e é fator fundamental para explicar o sucesso do empreendimento associativo de pequenos produtores agrícolas mais bem sucedido da Amazônia.

A CAMTA, ao longo dos 80 anos de imigração japonesa na Amazônia, mesmo nos períodos de dificuldades, é exemplo de que é possível se construir as mudanças necessárias que conduzam ao desenvolvimento socioeconômico, sem impactar substancialmente o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABE, N. História de 30 anos da cooperativa agroindustrial de Tomé-Açu. Tomé-Açu: CAMTA, 1959.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia do Brasil? novos estudos. CE-BRAP, São Paulo, n. 87, jul. 2010.
- BUENO, E. O Japão e o dilema da imigração. Revista Espaço Acadêmico, n. 66, p. 22 - 43, nov. 2006.
- CAMTA. Comemorativo do 25º aniversário de Fundação da Colônia de Tomé-Açu. Tomé-Açu, 1954.
- _____. Relatório da Diretoria: Exercício 1995. Tomé-Açu, 1996.
- _____. _____.: exercício 1996. Tomé-Açu, 1997.
- _____. _____.: exercício 1997. Tomé-Açu, 1998.
- _____. _____.: exercício 1998. Tomé-Açu, 1999.

_____. _____.: exercício 2010. Tomé-Açu, 2011.

_____. Relatos históricos da cooperativa agrícola mista de Tomé-Açu. Tomé-Açu, 1971.

_____. _____. Tomé-Açu, 1983.

_____. _____. Tomé-Açu, 2009.

CEPLAC. A cacauicultura no Pará. Belém: Ceplac, 1980.

CROMPTON, S. 100 guerras que mudaram a história do mundo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

FIBGE. Censos agropecuários do Pará, 1985.

GCEA-PA. Levantamento sistemático da produção agrícola, 1985.

HOMMA, A. Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1998.

HOMMA, A. Imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição para o desenvolvimento agrícola. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2007.

JICA. Sistemas agro-florestais: a experiência dos imigrantes japoneses de Tomé-Açu. [S. l.], 2009.

KATO, M. A colônia nipônica no Acará: sua evolução no contexto regional e nacional. Belém: FIPAM, 1994.

KEYNES, J. A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

SANTOS, E. A. dos. Processo de transição econômica: introdução as cacauicultura em Tomé-Açu – 1970-1980. 1989, 64f. Monografia (Especialização em História da Amazônia) - Departamento de História e Antropologia (UFPA), Belém, 1989.

SEPOF. Aspectos históricos e culturais do município de Tomé-Açu. Belém: Governo do Pará, 2008.

UNE, M. T. Pimenta-do-reino no estado do Pará: uma avaliação dos efeitos da tecnologia sobre a produtividade. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 75 - 98, 1988.

ENTREVISTAS

Francisco Sakaguchi. Entrevista concedida aos autores em 16 de outubro de 2009.

Hajime Yamada. Entrevista concedida aos autores em 21 de setembro de 2008.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Armando Wilson Tafner Junior é economista formado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) na Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Realiza pesquisas na área da sustentabilidade, relacionando história e desenvolvimento na Amazônia.

Fábio Carlos da Silva é Bacharel em Administração, FEAUSP, 1975; Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA, 1982; Doutor em História Econômica, USP, 1997; Professor Associado da Universidade Federal do Pará; Secretário Executivo da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia e Representante Titular na Região Norte da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – ABPHE.

Recebido em: 06.01.2013

Aprovado em: 09.06.2014

